

Hobbes

1. (UEMA 2015)

Para Thomas Hobbes, os seres humanos são livres em seu estado natural, competindo e lutando entre si, por terem relativamente a mesma força. Nesse estado, o conflito se perpetua através de gerações, criando um ambiente de tensão e medo permanente. Para esse filósofo, a criação de uma sociedade submetida à Lei, na qual os seres humanos vivam em paz e deixem de guerrear entre si, pressupõe que todos renunciem à sua liberdade original. Nessa sociedade, a liberdade individual é delegada a um só dos homens que detém o poder inquestionável, o soberano.

Fonte: MALMESBURY, Thomas Hobbes de. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro; Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora NOVA Cultural, 1997.

A teoria política de Thomas Hobbes teve papel fundamental na construção dos sistemas políticos contemporâneos que consolidou a (o)

- a) Monarquia Paritária.
- b) Despotismo Soberano.
- c) Monarquia Republicana.
- d) Monarquia Absolutista.
- e) Despotismo Esclarecido.

2. (UNESP 2014)

A China é a segunda maior economia do mundo. Quer garantir a hegemonia no seu quintal, como fizeram os Estados Unidos no Caribe depois da guerra civil. As Filipinas temem por um atol de rochas desabitado que disputam com a China. O Japão está de plantão por umas ilhotas de pedra e vento, que a China diz que lhe pertencem. Mesmo o Vietnã desconfia mais da China do que dos Estados Unidos. As autoridades de Hanói gostam de lembrar que o gigante americano invadiu o México uma vez. O gigante chinês invadiu o Vietnã dezessete.

André Petry. O Século do Pacífico. Veja, 24.04.2013. Adaptado.

A persistência histórica dos conflitos geopolíticos descritos na reportagem pode ser filosoficamente compreendida pela teoria

- a) iluminista, que preconiza a possibilidade de um estado de emancipação racional da humanidade.
- b) maquiavélica, que postula o encontro da virtude com a fortuna como princípios básicos da geopolítica.
- c) política de Rousseau, para quem a submissão à vontade geral é condição para experiências de liberdade.
- d) teológica de Santo Agostinho, que considera que o processo de iluminação divina afasta os homens do pecado.
- e) política de Hobbes, que conceitua a competição e a desconfiança como condições básicas da natureza humana.

3. (UFPA 2013)

“Desta guerra de todos os homens contra todos os homens também isto é consequência: que nada pode ser injusto. As noções de bem e de mal, de justiça e injustiça, não podem aí ter lugar. Onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. Na guerra, a força e a fraude são as duas virtudes cardeais. A justiça e a injustiça não fazem parte das faculdades do corpo ou do espírito. Se assim fosse, poderiam existir num homem que estivesse sozinho no mundo, do mesmo modo que seus sentidos e paixões.”

HOBBS, *Leviatã*, São Paulo: Abril cultural, 1979, p. 77.

Quanto às justificativas de Hobbes sobre a justiça e a injustiça como não pertencentes às faculdades do corpo e do espírito, considere as afirmativas:

- I. Justiça e injustiça são qualidades que pertencem aos homens em sociedade, e não na solidão.
- II. No estado de natureza, o homem é como um animal: age por instinto,

muito embora tenha a noção do que é justo e injusto.

- III. Só podemos falar em justiça e injustiça quando é instituído o poder do Estado.
- IV. O juiz responsável por aplicar a lei não decide em conformidade com o poder soberano; ele favorece os mais fortes.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II
 b) I e III
 c) II e IV
 d) I, III e IV
 e) II, III e IV

4. (UFSJ 2013)

Thomas Hobbes afirma que “Lei Civil”, para todo súdito, é

- a) “construída por aquelas regras que o Estado lhe impõe, oralmente ou por escrito, ou por outro sinal suficiente de sua vontade, para usar como critério de distinção entre o bem e o mal”.
- b) “a lei que o deixa livre para caminhar para qualquer direção, pois há um conjunto de leis naturais que estabelece os limites para uma vida em sociedade”.
- c) “reguladora e protetora dos direitos humanos, e faz intervenção na ordem social para legitimar as relações externas da vida do homem em sociedade”.
- d) “calcada na arbitrariedade individual, em que as pessoas buscam entrar num Estado Civil, em consonância com o direito natural, no qual ele – o súdito – tem direito sobre a sua vida, a sua liberdade e os seus bens”.

5. (UFU 2013)

Porque as leis de natureza (como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade, ou, em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam) por si mesmas, na ausência do temor de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, são contrárias a nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Cap. XVII. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 103.

Em relação ao papel do Estado, Hobbes considera que:

- a) O seu poder deve ser parcial. O soberano que nasce com o advento do contrato social deve assiná-lo, para submeter-se aos compromissos ali firmados.
- b) A condição natural do homem é de guerra de todos contra todos. Resolver tal condição é possível apenas com um poder estatal pleno.
- c) Os homens são, por natureza, desiguais. Por isso, a criação do Estado deve servir como instrumento de realização da isonomia entre tais homens.
- d) A guerra de todos contra todos surge com o Estado repressor. O homem não deve se submeter de bom grado à violência estatal.

6. (UFSJ 2012)

“A honra do soberano deve ser maior do que a de qualquer um, ou a de todos os seus súditos”.

Assinale a alternativa que apresenta a fundamentação para essa ideia preconizada por Thomas Hobbes.

- a) “A condição de súdito é muito miserável, mas sujeita a uma superação, pois se encontra sujeita aos

apetites e paixões irregulares daquele ou daqueles que detêm em suas mãos poder tão ilimitado”.

- b) “É na soberania que está a fonte da honra”.
- c) “O Homem nunca pode deixar de ter uma ou outra inconveniência e a maior que é possível cair sobre o povo em geral é de pouca monta se comparada ao poder do soberano, que deve ser revitalizado de tempos em tempos”.
- d) “Todos os homens são dotados de grandes lentes de aumento; todo pagamento parece um imenso fardo, o que gera lamentos e sofrimentos. Honra maior consiste em o soberano ter piedade e compreensão para com tais falhas humanas e doar poderes aos infelizes”.

7. (UFU 2012)

[...] a condição dos homens fora da sociedade civil (condição esta que podemos adequadamente chamar de estado de natureza) nada mais é do que uma simples guerra de todos contra todos na qual todos os homens têm igual direito a todas as coisas; [...].

HOBBS, Thomas. *Do Cidadão*. Campinas: Martins Fontes, 1992.

De acordo com o trecho acima e com o pensamento de Hobbes, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo Hobbes, o estado de natureza se confunde com o estado de guerra, pois ambos são uma condição original da existência humana.
- b) Para Hobbes, o direito dos homens a todas as coisas está desvinculado da guerra de todos contra todos.
- c) Segundo Hobbes, é necessário que a condição humana seja analisada sempre como se os homens vivessem em sociedade.

- d) Segundo Hobbes, não há vínculo entre o estado de natureza e a sociedade civil.

8. (UFSJ 2012)

“Algumas criaturas vivas, como as abelhas e as formigas, que vivem socialmente umas com as outras [...] tendem para o benefício comum”.

Para Thomas Hobbes, essa tendência não ocorre entre os homens porque

- a) esses insetos, dentro da sua irracionalidade natural, dão lições de conduta aos seres humanos; seja na tarefa diária, seja na politização paradoxal do modelo comunista difundido por Joseph Stalin e Karl Marx.
- b) as abelhas e as formigas têm a peculiaridade de construir suas sociedades dentro de uma unidade dinâmica e circular, que poderia ser bem definida como um contrato social se elas fossem humanas. Os seres humanos não atingiram tal estágio ainda.
- c) estes estão constantemente envolvidos numa competição pela honra e pela dignidade e se julgam uns mais sábios que outros para exercer o poder público, reformam e inovam, o que muitas vezes leva o país à desordem e à guerra civil.
- d) o motivo maior que guia a vida de tais criaturas é a engrenagem da soberania da vontade de criar, da vontade de poder, retomada por Nietzsche e pelo existencialismo.

9. (UFSJ 2011)

Sobre a ideia de soberania concebida por Hobbes, é CORRETO afirmar que a soberania:

- a) “se dá por meio do sufrágio universal, seja na república ou na monarquia”.

- b) “é a manifestação da *virtù* como condição indispensável no governo do príncipe”.
- c) “reside em um homem ou em uma assembleia de mais de um”.
- d) “é a realização plena da paz perpétua entre as nações”.

10. (UEL 2011)

Leia o texto a seguir.

Justiça e Estado apresentam-se como elementos indissociáveis na filosofia política hobbesiana. Ao romper com a concepção de justiça defendida pela tradição aristotélico-escolástica. Hobbes propõe uma nova moralidade relacionada ao poder político e sua constituição jurídica. O Estado surge pelo pacto para possibilitar a justiça e, na conformidade com a lei, se sustenta por meio dela. No *Leviatã* (caps. XIV-XV), a justiça hobbesiana fundamenta-se, em última instância, na lei natural concernente à autoconservação, da qual deriva a segunda lei que impõe a cada um a renúncia de seu direito a todas as coisas, para garantir a paz e a defesa de si mesmo. Desta, por sua vez, implica a terceira lei natural: que os homens cumpram os pactos que celebrarem. Segundo Hobbes, “onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. Na guerra, a força e a fraude são as duas virtudes cardeais”.

HOBBS, T. *Leviatã*. Trad. J. Monteiro e M. B. N. da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Coleção Os Pensadores, cap. XIII.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Hobbes, é correto afirmar:

- a) A humanidade é capaz, sem que haja um poder coercitivo que a mantenha submissa, de consentir na observância da justiça e das outras leis de natureza a partir do pacto constitutivo do Estado.
- b) A justiça tem sua origem na celebração de pactos de confiança mútua, pelos quais os cidadãos, ao renunciarem sua

liberdade em prol de todos, removem o medo de quando se encontravam na condição natural de guerra.

- c) A justiça é definida como observância das leis naturais e, portanto, a injustiça consiste na submissão ao poder coercitivo que obriga igualmente os homens ao cumprimento dos seus pactos.
- d) As noções de justiça e de injustiça, como as de bem e de mal, têm lugar a partir do momento em que os homens vivem sob um poder soberano capaz de evitar uma condição de guerra generalizada de todos.
- e) A justiça torna-se vital para a manutenção do Estado na medida em que as leis que a efetivam sejam criadas, por direito natural, pelos súditos com o objetivo de assegurar solidariamente a paz e a segurança de todos.

11. (UNIOESTE 2011)

“A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro não é suficientemente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele. (...) Desta igualdade quanto à capacidade deriva a igualdade quanto à esperança de atingirmos nossos fins. Portanto, se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo (...) esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro. (...) Com isto se torna manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama de guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens”.

Hobbes.

Com base no texto citado, seguem as seguintes afirmativas:

- I. Os homens, por natureza, são absolutamente iguais, tanto no exercício de suas capacidades físicas, quanto no exercício de suas faculdades espirituais.
- II. Sendo os homens, por natureza, “tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito” é razoável que cada um ataque o outro, quer seja para destruí-lo, quer seja para proteger-se de um possível ataque.
- III. Na inexistência de um “poder comum” que “mantenha a todos em respeito”, a atitude mais racional é a de manter a paz e a concórdia na “esperança” de que todos e cada um atinjam seus fins.
- IV. A condição dos homens que vivem sem um poder comum é de guerra generalizada, de todos contra todos.
- V. O homem, por natureza, vive em sociedade e nela desenvolve suas potencialidades, mantendo relações sociais harmônicas e pacíficas.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas I e V estão corretas.
- d) Apenas II e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

12. (UFU 2011)

Os filósofos *contratualistas* elaboraram suas teorias sobre os fundamentos ou origens do poder do Estado a partir de alguns conceitos fundamentais tais como, a soberania, o estado de

natureza, o estado civil, o estado de guerra, o pacto social etc.

Com base em seus conhecimentos e no texto abaixo, assinale a alternativa correta, segundo Hobbes.

a condição dos homens fora da sociedade civil (condição esta que podemos adequadamente chamar de estado de natureza) nada mais é do que uma simples guerra de todos contra todos na qual todos os homens têm igual direito a todas as coisas; e que todos os homens, tão cedo chegam a compreender essa odiosa condição, desejam libertar-se de tal miséria.

HOBBS, Thomas, *Do Cidadão*, Ed. Martins Fontes, 1992.

- a) O estado de natureza não se confunde com o estado de guerra, pois este é apenas circunstancial ao passo que o estado de natureza é uma condição da existência humana.
- b) A condição de miséria a que se refere o texto é o estado de natureza ou, tal como se pode compreender, o estado de guerra.
- c) O direito dos homens a todas as coisas não tem como consequência necessária a guerra de todos contra todos.
- d) A origem do poder nada tem a ver com as noções de estado de guerra e estado de natureza.

13. (UFU 2013)

Porque as leis de natureza (como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade, ou, em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam) por si mesmas, na ausência do temor de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, são contrárias a nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Cap. XVII. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 103.

Em relação ao papel do Estado, Hobbes considera que:

- a) O seu poder deve ser parcial. O soberano que nasce com o advento do contrato social deve assiná-lo, para submeter-se aos compromissos ali firmados.
- b) A condição natural do homem é de guerra de todos contra todos. Resolver tal condição é possível apenas com um poder estatal pleno.
- c) Os homens são, por natureza, desiguais. Por isso, a criação do Estado deve servir como instrumento de realização da isonomia entre tais homens.
- d) A guerra de todos contra todos surge com o Estado repressor. O homem não deve se submeter de bom grado à violência estatal.

estabeleceria a passagem do estado de natureza para o estado de sociedade.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.

14. (UFSM 2013)

Sem leis e sem Estado, você poderia fazer o que quisesse. Os outros também poderiam fazer com você o que quisessem. Esse é o “estado de natureza” descrito por Thomas Hobbes, que, vivendo durante as guerras civis britânicas (1640-60), aprendeu em primeira mão como esse cenário poderia ser assustador. Sem uma autoridade soberana não pode haver nenhuma segurança, nenhuma paz.

Fonte: LAW, Stephen. Guia Ilustrado Zahar: Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Considere as afirmações:

- I. A argumentação hobbesiana em favor de uma autoridade soberana, instituída por um pacto, representa inequivocamente a defesa de um regime político monarquista.
- II. Dois dos grandes teóricos sobre o estado de natureza”, Hobbes e Rousseau, partilham a convicção de que o afeto predominante nesse “estado” é o medo.
- III. Um traço comum da filosofia política moderna é a idealização de um pacto que

Gabarito

1 – D

2 – E

3 – B

4 – A

5 – D

6 – B

7 – A

8 – C

9 – C

10 – D

11 – D

12 – B

13 – C

14 – C